

04 de Janeiro de 2023

Ano 4 n. 505

RESUMO DE

NOTÍCIAS ECONÔMICAS

Quarta feira

EXPANSÃO DA MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA DEZEMBRO/2022

Dados de 31/12/2022

EXPANSÃO EM 2022 POR UF

DESTAQUES DO MÊS

EXPANSÃO DEZEMBRO 2022

1.175,4 MW

EXPANSÃO TOTAL 2022

8.235,1 MW



AM	50,0 MW	MT	126,2 MW	RO	11,8 MW
BA	1287,0 MW	PA	13,8 MW	RR	234,6 MW
CE	272,4 MW	PB	375,2 MW	RS	27,6 MW
ES	148,4 MW	PE	220,8 MW	SC	141,9 MW
GO	50,0 MW	PI	1177,3 MW	SP	418,4 MW
MA	385,7 MW	PR	390,6 MW		
MG	1536,1 MW	RJ	540,8 MW		
MS	26,0 MW	RN	800,3 MW		



A META DE EXPANSÃO PARA 2022, DE 7.625 MW, FOI ULTRAPASSADA EM 21 DE DEZEMBRO.



AS USINAS EÓLICAS RESPONDERAM POR MAIS DE UM TERÇO (35,5%) DA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NO ANO.

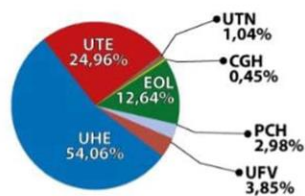


COM 1536,1 MW EM NOVAS USINAS, MINAS GERAIS FOI O ESTADO COM MAIS POTÊNCIA INSTALADA EM 2022.

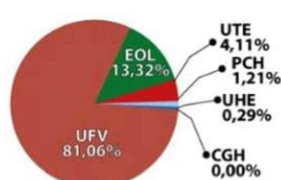
CAPACIDADE TOTAL INSTALADA **188.980,9 MW**

EMPREENDIMENTOS OUTORGADOS EM IMPLANTAÇÃO (EM MW)

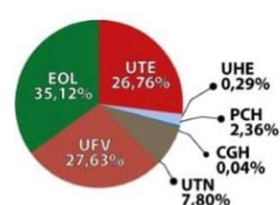
EM OPERAÇÃO



CONSTRUÇÃO NÃO INICIADA



EM CONSTRUÇÃO



ANEEL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

*“Conformity is the jailer of freedom and
the enemy of growth”
John F. Kennedy*

04 DE JANEIRO DE 2023

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA:

- | Energia solar passa eólica e vira segunda fonte do País
- | Medidas de Bolsonaro impactam em até R\$ 15 bi, diz Haddad
- | Silveira indica mudança para combustíveis
- | Mudanças em agência geram incertezas no setor de saneamento
- | Setor teme novas alterações em regras do marco legal
- | Ministro cita 'diálogo' para reformular Bolsa Família
- | Gigantes regionais do atacarejo expandem suas redes
- | Indústria de veículos tem melhor dezembro em dois anos no País
- | Empresas tem projetos de geração de energia eólica em alto-mar
- | Dólar favorece papel e celulose
- | Alta de juros futuros pressiona varejistas
- | Meta concorda em pagar multa de US\$ 725 mi
- | Lei abre espaço para autossuficiência em urânio
- | Entre jovens, 1 milhão de qualificados ficam sem oportunidade

Energia solar passa eólica e vira segunda fonte do País

A energia elétrica gerada por painéis solares passou a ser a segunda maior fonte do País, ultrapassando a capacidade total de produção das usinas eólicas. Hoje, a energia solar só está atrás da hidrelétrica. Os dados compilados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontam que a fonte solar chegou a 23.854 megawatts (MW) de potência instalada, respondendo por 11,2% da capacidade nacional, contra 23.754 MW de energia eólica, equivalente a 11,1%. A hidrelétrica é responsável por 51,3% do parque nacional, com potência de 109.719 MW.

As demais fontes da matriz elétrica são, na ordem, usinas a gás natural (8,2%), biomassa (7,8%), diesel (4%), carvão mineral (1,7%) e nuclear (0,9%). Dos 23,9 mil MW de potência instalada da fonte solar no País, 16,2 mil MW são da geração distribuída, aquela que está instalada em telhados e pequenos terrenos. Outros 7,7 mil MW têm como origem as grandes usinas centralizadas.

“O avanço da fonte solar no País é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil. A tecnologia ajuda a diversificar a matriz elétrica, aumentar a segurança de suprimento, reduzir a pressão sobre os recursos hídricos e proteger a população contra mais altas na conta de luz. Também fortalece a sustentabilidade, a transição energética e a competitividade do setor produtivo”, diz Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Medidas de Bolsonaro impactam em até R\$ 15 bi, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as últimas medidas tributárias tomadas pelo governo Jair Bolsonaro, no apagar das luzes do mandato, vão causar um prejuízo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões aos cofres públicos. Segundo ele, a equipe econômica do ex-presidente descumpriu acordo de não adotar medidas com impacto nas contas públicas após a eleição de Lula. Entre essas medidas, estão a desoneração do querosene de aviação e cortes nas alíquotas do Pis/cofins de bancos e grandes empresas. “Vai depender do quanto nós vamos conseguir recuperar. A

estimativa considera o que imaginamos hoje que é irrecuperável, a não ser que haja uma suspensão das medidas pelo Judiciário”, disse Haddad, após tomar posse.

Haddad disse que havia pedido que o governo Bolsonaro se abstinhasse de tomar medidas fiscais que onerassem os cofres públicos em 2023. “Temos um problema jurídico para analisar. Tem algumas dúvidas sobre a questão da anterioridade, e tem uma certeza sobre a questão da noventena, que é o tempo que você vai perder de arrecadação. De qualquer maneira, o prejuízo está feito”, afirmou.

O ministro citou as desonerações da última semana do então governo Bolsonaro como justificativa ao ser questionado sobre a medida provisória, publicada ontem, que estende a desoneração dos combustíveis – depois de ter sinalizado que o governo Lula não prorrogaria a medida. Haddad também citou como motivo o “atraso na transição da Petrobras”. “O presidente (Lula) quer que a nova diretoria das estatais esteja empossada primeiro, para decidir conjuntamente”, disse.

O Estado de S. Paulo | 04.01.2023

Silveira indica mudança para combustíveis

O novo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG), disse ontem, em seu discurso de posse, que a pasta adotará medidas para proteger os consumidores de oscilações internacionais de preços dos combustíveis. Sem citar detalhes de que medidas pretende adotar, Silveira afirmou que este foi um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que o ministério vai trabalhar em um “desenho” que proteja os investimentos e as empresas, mas agora com foco na população.

“Precisamos implementar um desenho de um mercado que promova a competição, mas que preserve o consumidor da volatilidade de preço dos combustíveis”, disse ele. O ministro também defendeu a necessidade de ampliar a capacidade nacional de refino de combustíveis para reduzir a dependência da importação.

Outras duas medidas importantes anunciadas deverão orientar, segundo ele, a sua gestão no ministério: a busca pela redução do preço da conta de luz e a ampliação do acesso à energia em comunidades mais carentes, com a retomada do programa Luz

Para Todos. Reforçou que vai garantir a “segurança jurídica para os contratos”, mas que isso estará atrelado a “lutar com afinco pela redução das tarifas”.

Broadcast | 04.01.2023

Mudanças em agência geram incertezas no setor de saneamento

Uma série de atos, incluindo uma medida provisória e decretos, já assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) gerou dúvidas e apreensão entre empresários do setor de saneamento. Os textos vinculam a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) a dois ministérios diferentes e contrariam a legislação vigente sobre o papel do órgão de editar normas de referência para o segmento de água, esgoto e resíduos. Nos bastidores, os empresários dizem que as alterações podem gerar insegurança jurídica e afetar novos projetos de investimento.

Um dos principais pontos dessa insegurança, segundo os empresários, foi gerado pela Medida Provisória 1154/2023 (que define as atribuições dos 37 ministérios do novo governo) e pelo decreto que detalha a estrutura do Ministério das Cidades. O texto da MP altera o artigo 3.º da lei de criação da ANA ao transferir a vinculação da agência do Ministério de Desenvolvimento Regional para o de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O mesmo ajuste no artigo 3.º retira do nome da ANA a menção a saneamento, além de excluir a redação dada pelo marco legal do setor de que cabe à agência instituir normas de referência para a regulação dos serviços de água e esgoto – um dos principais pilares da lei em vigor desde 2020, e cujo objetivo principal era abrir esse mercado para a participação das empresas privadas.

Broadcast | 04.01.2023

Setor teme novas alterações em regras do marco legal

Os empresários apontam sobreposição de normas a partir da edição de medida provisória e de decretos pelo governo do presidente Lula. Eles destacam que um decreto não pode se sobrepôr a uma lei e que, portanto, a ANA tem de manter sua competência na edição de normas de referência para o setor. O problema está na insegurança jurídica

levantada com esses conflitos. Entre parte do setor que defende a manutenção do marco legal, há ainda receio de que os atos sejam uma sinalização de que o governo Lula, de fato, quer alterar a lei sancionada em 2020 – como sugeriu o grupo temático de Cidades na transição.

Entre os conflitos apontados pelos empresários, está o fato de que, apesar de a MP ter repassado a ANA ao Ministério do Meio Ambiente, tanto o decreto de estrutura do MMA quanto o da pasta de Integração e Desenvolvimento Regional preveem a vinculação do órgão. No governo Bolsonaro, a ANA estava ligada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que foi desmembrado por Lula em uma pasta de Cidades e outra de Integração e Desenvolvimento Regional.

Com mais de 80 agências reguladoras espalhadas pelo País, a prestação de serviços de água e esgoto sofre historicamente com a fragmentação de regras regulatórias – que interferem em temas como cobrança tarifária. O cenário, junto da antiga lei que possibilitava que estatais fechassem contratos com municípios sem licitação, afugentou o investimento privado no saneamento. Para tentar dar mais segurança jurídica e solucionar o atraso, simbolizado por quase metade dos brasileiros que vivem sem acesso à rede de esgoto, o marco de 2020 atribuiu à ANA a missão de editar normas de referência para orientar o trabalho dos órgãos que regulam os contratos de água e esgoto.

Folha de São Paulo | 04.01.2023

Ministro cita ‘diálogo’ para reformular Bolsa Família

Ao assumir a pasta do Desenvolvimento e Assistência Social, e Combate à Fome, o ministro Wellington Dias afirmou que o programa Bolsa Família, principal bandeira do governo Lula, será reformulado para se tornar “mais justo”. “Vamos reformular, com muito diálogo, o Bolsa Família. Especialistas avaliam que o País passou a enfrentar uma distorção no Cadastro Único. Houve forte crescimento na quantidade de famílias compostas por apenas um integrante – chamadas de unipessoais – incluídas pelo programa social. O número de cadastros desse tipo saltou de 2,2 milhões, em novembro de 2021, para 5,3 milhões em agosto passado.

Broadcast | 04.01.2023

Gigantes regionais do atacarejo expandem suas redes

À procura de compradores, o Makro acabou trazendo nomes de redes de atacarejo regionais para o noticiário. Em expansão, grupos como Pereira, Muffato e Spani avaliaram o ativo, mas desistiram da compra ao ver contingências do negócio. O que ficou claro, porém, é que esses grupos têm apetite por crescimento via aquisições. Mas é preciso ter caixa para fazê-las e ativos disponíveis para comprar.

Em geral, o modelo de atacarejos costuma gerar caixa para as companhias, financiando o crescimento orgânico das redes. Esse é o caminho trilhado pela Spani. “o Grupo Zaragoza está focado na expansão das operações da bandeira Spani”, diz Cléber Gomez, diretor do Grupo Zaragoza, dono do Spani. O planejamento, afirma ele, prevê um crescimento para 2023, mas a empresa analisa as oportunidades de aquisições que estão no mercado. Segundo Gomez, o grupo, que deve fechar 2022 com faturamento de R\$ 4 bilhões, tem caixa para ir às compras.

O executivo afirma que o objetivo da empresa é ampliar a presença na Grande São Paulo. Além disso, o grupo tem como meta realizar investimentos em logística, em capacitação de pessoal e fazer “boas negociações com fornecedores”. O grupo tem 5 mil empregado. No total, são 37 lojas Spani em operação nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O grupo paranaense Muffato, que faturou mais de R\$ 10 bilhões em 2021, avaliou e desistiu do Makro. Everton Muffato, um dos três irmãos que atuam como CEOs da empresa, disse que o negócio não avançou por incompatibilidade de interesses. Deixou claro que novas fusões e aquisições continuam em seu radar.

Jornal Valor Econômico | 04.01.2023

Indústria de veículos tem melhor dezembro em dois anos no País

A indústria de veículos terminou 2022 com o melhor mês em vendas dos últimos dois anos, conseguindo assim repetir, no balanço final do ano, o total vendido em 2021. Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, 216,9 mil unidades foram

vendidas em dezembro. O volume supera em 6,3% as vendas de novembro. Frente a dezembro de 2021, o mercado de veículos zero quilômetro mostrou crescimento de 4,8%.

Com isso, 2022 acabou com 2,1 milhões de veículos vendidos nos 12 meses de 2022, praticamente estacionado, com leve queda de 0,7%, no número de 2021, quando os emplacamentos somaram 2,12 milhões de unidades. Os números estão sujeitos a ajustes nos balanços a serem divulgados pela Fenabreve e Anfavea. Depois de o mercado terminar o primeiro semestre com queda de 14,5%, a melhora da oferta de automóveis, graças à distensão da crise de abastecimento, permitiu a reação das vendas nos últimos meses.

As paradas de fábricas, motivadas pela escassez global de componentes eletrônicos, tornaram-se menos constantes em meio à desaceleração das economias desenvolvidas, que aliviou a demanda por peças, além da normalização do transporte marítimo dos materiais, depois do caos logístico provocado pelo fechamento do porto de Xangai por dois meses. Com isso, as montadoras conseguiram atender os pedidos das locadoras, que formaram listas de espera. O volume destinado às frotas ajudou a compensar os efeitos no varejo do crédito mais caro e restrito.

Broadcast | 04.01.2023

Empresas tem projetos de geração de energia eólica em alto-mar

Grandes petroleiras e empresas de energia têm interesse crescente na geração de energia eólica offshore (em alto-mar) no Brasil. No início de dezembro chegou a 70 o número de projetos protocolados no Ibama para licenciamento ambiental. Ao todo, esses projetos têm potencial de gerar 176,6 gigawatts (GW). Joga contra a lentidão na regulamentação da atividade, que já empurrou os primeiros leilões de cessão de área no mar para 2024.

Mesmo assim, a busca para desenvolver a atividade no Brasil deve se manter devido à pressão da transição energética e às condições naturais da costa nacional. A previsão é levantar as primeiras usinas eólicas em alto-mar do País só no fim desta

década ou depois de 2030, mas as empresas interessadas já se movimentam. A Petrobras e a Equinor, por exemplo, firmaram acordo para estudar a viabilidade de instalação de usina offshore na Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro.

Já Shell e Eletrobras assinaram parceria de cooperação técnica para um eventual investimento conjunto e operação de usinas desse tipo no futuro. Sozinha, a Shell tem seis projetos protocolados no Ibama. As áreas visadas para a instalação das usinas em alto-mar estão no Piauí (2,5 GW), Ceará (3 GW), Rio Grande do Norte (3 GW), Espírito Santo (2,5 GW), Rio de Janeiro (3 GW) e Rio Grande do Sul (3 GW). A Equinor tem seis projetos comunicados ao Ibama. Projetos de parques eólicos offshore devem mirar uma capacidade instalada de no mínimo 1 GW, mas, idealmente, devem ter entre 2 GW e 3 GW em função da rentabilidade.

Broadcast | 04.01.2023

Dólar favorece papel e celulose

Num dia de avanço do dólar – reflexo das incertezas crescentes dos investidores acerca da política fiscal do novo governo – as empresas de papel e celulose fecharam com valorização na B3. Suzano subiu 1,53% e Klabin teve ganho de 0,40%. Como são exportadoras e têm parte da receita em dólar, essas empresas são favorecidas quando a moeda americana sobe. A divisa teve alta de 1,49%, cotada a R\$ 5,35.

Broadcast | 04.01.2023

Alta de juros futuros pressiona varejistas

A alta dos juros futuros ontem, ainda refletindo as incertezas em relação à política fiscal do governo Lula 3, pressionou, na B3, as ações mais sensíveis às oscilações das taxas, como as ligadas a consumo. Entre as principais perdas do Ibovespa, Grupo Soma, dono da Hering, caiu 8,78%. Americanas teve baixa de 6,42%, enquanto os papéis da Renner caíram 5,62% e os do Magazine Luiza, 5,47%.

The Economist | 04.01.2023

Meta concorda em pagar multa de US\$ 725 mi

A Meta concordou em pagar US\$ 725 milhões para encerrar uma ação coletiva que acusa a Big Tech de não garantir a privacidade dos usuários do Facebook, depois que dados pessoais foram compartilhados de forma indevida com terceiros, como a consultoria Cambridge Analytica. As informações foram protocoladas na Justiça americana.

Os promotores consideram a multa como a mais alta já registrada em uma ação coletiva relacionada à privacidade, assim como o maior valor já pago pelo Facebook para encerrar uma ação coletiva. O acordo ainda precisa ser aprovado por juízes da Califórnia. A Meta não admite a má conduta e afirma que, nos últimos anos, melhorou o tratamento de privacidade e “lançou um programa amplo” sobre o tema.

Broadcast | 04.01.2023

Lei abre espaço para autossuficiência em urânio

No apagar das luzes do governo Bolsonaro, o setor nuclear conseguiu avançar na lei que permite a participação de empresas na pesquisa, na lavra e no comércio de minérios nucleares. Essa é uma luta antiga e que abre caminho para a autossuficiência do País no abastecimento das suas usinas nucleares – incluindo Angra 3, que deve começar a gerar energia elétrica a partir de 2028 – além de abrir caminho para a exportação de urânio pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Para o presidente da Associação Brasileira de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha, a lei sancionada pelo governo Bolsonaro, no Diário Oficial da União, é um grande passo, apesar de o monopólio da INB ter sido mantido. Para ele, o mais importante é a autorização para que a estatal trabalhe com a iniciativa privada na exploração do urânio sem necessidade de outro minério associado. Atualmente, essa parceria só pode ser feita em minas nas quais o urânio vem agregado a outros minerais que tenham mais de 50% do volume total.

“A exploração das jazidas de urânio entra em uma nova fase. Em poucos anos poderemos parar de importar”, afirma Cunha. O Brasil importa hoje 80% do urânio de

que precisa, mas tem pelo menos dez minas do mineral já conhecidas e que podem interessar à iniciativa privada. Elas ficam em Goiás, Pará e Minas Gerais. Se pelo menos três forem exploradas, o setor nuclear já vai considerar uma vitória, segundo Cunha.

O Estado de S. Paulo | 04.01.2023

Entre jovens, 1 milhão de qualificados ficam sem oportunidade

Entre a população de 22 a 29 anos, o levantamento do IDados aponta que o País tem 1,06 milhão de trabalhadores – ou 28% dos ocupados nessa faixa etária – com ensino superior completo em funções que exigem baixa qualificação. Desde que se formou em Engenharia Civil em 2016, Tales Fernando Lima, de 30 anos, enfrentou uma série de crises e se tornou um retrato fiel dessa estatística nos últimos anos. “Eu me enquadro numa categoria que busca um trabalho na área em que se formou, mas não encontra.” Desempregado, decidiu ajudar na marcenaria do pai em Pirituba, Zona Norte de São Paulo.

Sem experiência, Tales deixou de buscar trabalho na sua área de formação. “Se eu arrumar um emprego como engenheiro, também não vou conseguir ganhar o que recebo na oficina de marcenaria. Virou uma questão material também.” Agora, decidiu partir para uma segunda graduação, em História. Em 2023, vai para o segundo ano. “Decidi fazer o que eu gosto, e espero dar aulas nos próximos anos”, afirma Tales.

DICAS DE PORTUGUÊS - PARA NÃO ERRAR MAIS

Forma correta de responder o agradecimento: Obrigado (a)!

Não há de quê! (CORRETO)

Não tem de quê! (ERRADO)



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO



*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – ADECE

Fone: (85) 3108.2700

www.adece.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

ATUALIZADO DIA 22.11.2022.

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
Ceará	1,45	2,09	-5,72	6,63	2,94
Brasil	1,78	1,22	-3,28	4,65	2,65

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
Ceará	155,90	163,58	166,91	192,31	209,84
Brasil	7.004,14	7.389,13	7.609,60	8.679,49	9.444,07

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,21	2,19	2,22	2,22
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 22/11/2022.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)									
REGIÃO/ANO	SET/18	JAN-DEZ/18	SET/19	JAN-DEZ/19	SET/20	JAN-DEZ/20	SET/21	JAN-DEZ/21	SET/22
Ceará	1,51	1,75	1,47	1,78	-5,33	-4,07	4,90	3,80	3,43
Nordeste	1,40	1,32	0,24	0,42	-4,71	-3,69	3,83	2,90	4,24
Brasil	1,18	1,31	0,96	1,06	-5,29	-4,04	6,06	4,63	2,93

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (ACUMULADO DE JAN A OUT)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (21 - 22) %
Exportações	1.878,86	1.935,10	1.583,74	2.221,96	2.029,32	-8,67
Importações	2.201,03	1.976,03	2.001,93	2.927,15	4.288,95	46,52
Saldo Comercial	-322,17	-40,93	-418,20	-705,19	-2.259,63	-220,43

Fonte: MDIC.

PRINCIPAIS ÍNDICES					
ATIVIDADE – CEARÁ	Variação Acumulada de Janeiro a Setembro				
	2018	2019	2020	2021	2022
Produção Física Industrial	0,6	1,4	-12,0	11,8	-3,7
Pesquisa Mensal de Serviços	-8,4	-0,8	-15,1	11,4	13,7
Pesquisa Mensal do Turismo	3,6	5,9	-44,0	15,8	47,5
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,7	-1,5	-9,2	-0,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	3,2	2,7	-8,4	10,5	2,3
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-3,4	11,1	4,5	24,2	-2,6

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ							
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.4	2022.1	2022.2	2022.3
População em idade de Trabalhar (a)	7.195 (100%)	7.297 (100%)	7.389 (100%)	7.467 (100%)	7.479 (100%)	7.540 (100%)	7.535 (100%)
Força de trabalho (mil) (b)	4.125 (57%)	4.227 (58%)	3.858 (52%)	3.961 (53%)	3.803 (51%)	3.984 (53%)	4.005 (53%)
Ocupada (mil) (c)	3.705	3.790	3.300	3.522	3.384	3.572	3.662
Formal (mil)	1.660	1.724	1.561	1.622	1.579	1.687	1.750
Informal (mil)	2.045	2.066	1.739	1.900	1.805	1.885	1.912
Desocupada (mil) (d)	420	437	558	439	419	412	343
Fora da Força de trabalho (mil) (e)	3.070 (43%)	3.070 (42%)	3.532 (48%)	3.505 (47%)	3.675 (49%)	3.556 (47%)	3.530 (47%)
Desalentados (mil) (f)	327	361	463	380	385	341	346
Taxa de desocupação (g=d/b) (%)	10,2	10,3	14,5	11,1	11,0	10,4	8,6
Nível de ocupação (h=c/a) (%)	51,5	51,9	44,7	47,2	45,2	47,4	48,6
Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, das pessoas ocupadas (R\$)	1.928	2.043	1.961	1.855	1.790	1.786	1.908

Fonte: IBGE (PNAD Contínua). Atualizado dia 17.11.2022.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS (ATÉ SETEMBRO/2022)								
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021**	2022***
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.435.877	1.517.101	1.578.891
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.348.961	8.839.100	9.201.073
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.233.693	49.011.097	51.158.697
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,20	17,16	17,16
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,11	3,10	3,09
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,06	18,03	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: *O estoque de empregos 2020: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2020 (Novo Caged).

** O estoque de empregos 2021: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2021 (Novo Caged).

*** O estoque de empregos 2022: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2022 (Novo Caged).

POPULAÇÃO E EMPREGO/POPULAÇÃO (ATÉ SETEMBRO/2022)								
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*
Ceará	8.904.459	8.963.663	9.020.460	9.075.649	9.132.078	9.187.103	9.240.580	9.293.112
Nordeste	56.551.115	56.907.538	57.245.734	56.752.244	57.063.084	57.374.243	57.667.842	57.951.331
Brasil	204.441.683	206.072.026	207.652.504	208.436.323	210.088.011	211.755.692	213.317.639	214.828.540
Ceará (%)	17,33	16,10	16,24	16,22	16,19	15,63	16,42	16,99
Nordeste (%)	15,74	14,82	14,92	15,24	14,98	14,55	15,33	15,88
Brasil (%)	23,51	22,35	22,29	22,37	22,24	21,83	22,98	23,81

Fonte: RAIS/ME, NOVO CAGED e IBGE.

Nota: * Dados sujeito a alterações.

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ

CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br

Página 2 de 3

Movimentação do emprego formal – Ceará – 1996 – Setembro/2022.

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2022*	419.857	358.067	61.790
2021*	497.404	416.180	81.224
2020*	373.201	367.243	5.958
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.703.530	7.106.817	596.713
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			666.261

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN A OUT)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Abertura	60.237	73.095	73.968	94.551	92.918
Fechamento	67.510	26.764	22.811	32.335	41.909
Saldo	-7.273	46.331	51.157	62.216	51.009

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN A OUT)						
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	2022	Var (18 - 22) %
	14.566.356	15.093.577	12.993.844	18.095.370	14.440.571	-0,86

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN A JUN)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (18 - 22) %
Ceará	5.613.615	5.819.946	5.489.488	6.184.772	6.148.928	9,54

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

Núcleo de Inteligência ADECE/SEDET

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ
CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br



FECHAMENTO DE MERCADO

BOLSAS

IBOV
105.530,98

NASDAQ
10.350,16

DOW JONES
32.953,97

S&P 500
3.808,29

Nikkei 225
26.094,50

LSE LONDRES
7.150,00

MOEDAS

DÓLAR
R\$ 5,41

EURO
R\$ 5,71

GBP - USD
1,20

USD - JPY
130,98

EUR - USD
1,05

USD - CNY
6,91

BITCOIN
\$16.653,63

COMMODITIES

BRENT (US\$)
83,05

Prata (US\$)
24,19

Boi Gordo (US\$)
156,75

Trigo NY (US\$)
780,00

OURO (US\$)
1.834,90

Boi Gordo (R\$)
287,95

Soja NY (US\$)
1.499,50

Fe CFR (US\$)
111,28

INDICADORES DE MERCADO

US T-2Y
4,41

US T-5Y
3,93

US T-10Y
3,78

US T-20Y
4,06

US T-30Y
3,89

**Risco Brasil -
CDS 5 anos -
USD**
251,35

SELIC (%)
13,75

ECONOMIA CEARENSE

RCL - CE (2021)
25.170,81 Mi

INVES - CE (2021)
3.477,67 Mi

RCL - CE (OUT/2022)
24.488,20 Mi

INVES - CE (OUT/2022)
2.746,39 Mi

INFLAÇÃO

**IPCA - Brasil -
Acumulado em 12
meses (%)**
5,90

**IPCA - Fortaleza -
Acumulado em 12
meses (%)**
5,70